

## PÓS-MODERNIDADE, MERCADO E A MOBILIDADE DO JOGADOR DE FUTEBOL: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE OS IMPACTOS DO FIM DO PASSE NO FUTEBOL GAÚCHO

Francisco Xavier Freire Rodrigues \*

RODRIGUES, F. X. F. Pós-modernidade, mercado e a mobilidade do jogador de futebol: Um estudo empírico sobre os impactos do fim do passe no futebol gaúcho. *Akrópolis*, Umuarama, v. 14, n.º. 1: jan./mar., 2006.

**RESUMO:** O trabalho investiga a fase de livre-mercado no futebol como uma era pós-moderna, marcada por benefícios como liberdade de trabalho, aumento na renda dos jogadores e na consciência política dos atletas profissionais. Trata-se de uma pesquisa acerca das implicações do fim do passe no sistema de mobilidade de jogadores. Analisa-se também a concepção dos jogadores sobre o fim do passe. O recorte empírico da pesquisa é formado pelos jogadores das categorias juvenil, júnior e profissional do SC Internacional de Porto Alegre (RS). Como metodologia utilizou-se a combinação de técnicas qualitativas com quantitativas, além análise documental, entrevistas, questionários semi-estruturados e análise de conteúdo. Constatamos que a maioria dos jogadores consideram a modernização das leis trabalhista no futebol como positiva. Os resultados apontam que as principais concepções sobre o fim do passe são (1) liberdade de trabalho, (2) fim de garantia e desemprego e (3) beneficiará apenas os jogadores famosos (consagrados). Para os profissionais e juniores o fim do passe significa liberdade de trabalho, para os juvenis representa benefícios apenas para os jogadores famosos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pós-modernidade. Mercado. Mobilidade. Jogador de futebol.

### POST-MODERNITY, MARKET AND SOCCER PLAYER'S MOVING: AN EMPIRIC STUDY CONCERNING THE IMPACTS OF THE END OF THE SOCCER TEAM RULING ON THE TRANSFER OF PLAYERS IN GAUCHO SOCCER.

**ABSTRACT:** This paper investigates soccer free-market phase as a post-modern era remarked by benefits such as freedom of work, an upturn in players' income, and an increase in the professional athletes' political conscience. This research concerns the implications of the end of soccer team ruling on the transfer of players upon the system of players' moving. The players' conception concerning the end of the soccer team ruling on the transfer of players is analyzed as well. The empiric set up of the research is formed by players from the juvenile, junior and professional categories of *Sport Club Internacional de Porto Alegre*. A combination of both quantitative and qualitative techniques, documental analysis, interviews, semi-structured questionnaires, and content analysis constitute the methodology applied. It was verified that most of the players consider the modernization of the labor laws as positive. The results point out the main conceptions about ruling as: (1) freedom of work; (2) the end of any guaranties and unemployment; and (3) benefits for famous players only. The end of the soccer team ruling on the transfer of players means freedom of work for professional and junior players, though, for the juveniles, it represents benefits for famous players.

**KEY WORDS:** Post-modernity. Market. Moving. Soccer player.

#### Introdução

O presente trabalho investiga a fase de livre-mercado no futebol como uma era pós-moderna, marcada por benefícios como liberdade de trabalho, aumento na renda dos jogadores e na consciência política dos atletas profissionais. Trata-se de uma pesquisa acerca das implicações do fim do passe no sistema de mobilidade de jogadores. Analisa-se também a concepção dos jogadores sobre o fim do passe.

Como metodologia utilizou-se a combinação de técnicas qualitativas com quantitativas, além análise documental, entrevistas, questionários semi-estruturados e análise de conteúdo. O recorte empírico da pesquisa é formado por 56 jogadores distribuídos entre as categorias juvenil, júnior e profissional do SC Internacional de Porto Alegre (RS).

O trabalho está dividido da seguinte forma: (1) Breve histórico do futebol no Brasil, (2) O sistema tradicional de transferência de jogadores: a vigência do passe no Brasil, (3) A era pós-moderna no futebol europeu: o "caso Bosmann" e o livre mercado, (4) Modernização e os antecedentes do fim

do passe no futebol brasileiro, (5) Pós-modernidade, livre mercado e o fim do passe no Brasil, (6) O fim do passe e seus impactos no futebol gaúcho: o SC Internacional, e (7) Considerações finais.

#### 1. Breve Histórico do Futebol no Brasil

A história do futebol no Brasil pode ser dividida em cinco períodos. Levine (1982, p. 23) utiliza a seguinte periodização: (a) primeira fase (1894-1904): marcada pela chegada do futebol ao país e a criação de clubes urbanos por imigrantes europeus que aqui moravam. Importa frisar a relevância do São Paulo Athletic Club a quem Charles Miller se filiou organizando a prática futebolística em São Paulo. Nesta fase, o futebol era praticado nos colégios da elite paulista e carioca Alfredo Gomes, Anglo-brasileiro (Caldas, 1990, p. 23), além de outros estados. Esta fase pode ser chamada de tradicional ou pré-moderna, marcada por uma organização orientada por lógicas amadoras, pré-capitalistas. A organização estava sob cuidado da

\* Professor de Sociologia da Universidade de Caxias do Sul – UCS e doutorando em Sociologia pela UFRGS.

aristocracia em que as normas convencionalmente definidas pela classe aristocrática se sobreponham às regras racionais e impessoais; (b) fase amadora (1905-1933): caracterizada pelo elitismo na platéia e na composição dos times (Lopes, 1994, p. 70), e ampla divulgação pela imprensa (Levine, 1982, p. 25). Havia racismo forte, eram proibidos negros na seleção brasileira e em vários outros times. Este período coincide com o futebol de fábricas, onde o futebol era usado como mecanismo de diversão e disciplina para os trabalhadores, bem como veículo publicitário importante na divulgação da imagem e prestígio das empresas (Antunes, 1994, p. 106-107). Mas o que melhor define esta fase é o amadorismo “... herdado da concepção aristocrática de uma prática esportiva oriunda da classe dos lazeres, vinda da Inglaterra e reservada a uma elite, e o esporte ‘paternalista’, representado pelas equipes de empresas” (Lopes, 1994, p. 66); (c) fase do início do profissionalismo (1933-1950), regulamentação do futebol como profissional pela legislação social e trabalhista do governo Vargas 1930-1936. O futebol torna-se um espetáculo de massa; (d) fase do reconhecimento (1950-1970). O Brasil consolida seu estilo de jogar futebol, tendo como arquitetos os negros e mulatos. O futebol-arte, feito de magia, ginga e improviso constrói a identidade nacional, tendo Leônidas, Domingos, Garrincha e Fausto como principais expressões (Rodrigues Filho, 1964). Esta fase se caracteriza pela crescente comercialização do futebol. Esta fase já passa por um processo de modernização nas formas de treinamento e na produção do espetáculo futebolístico de um modo geral. O futebol torna-se um produto da indústria cultural altamente rentável. Percebe-se um crescimento no nível salarial dos jogadores (Rodrigues, 2003a).

Pretende-se acrescentar uma outra fase: (e) fase da modernização (1970-1990). Esta se caracteriza pelo crescimento de recursos financeiros no futebol, televisionamento das partidas ao vivo, crescimento no nível salarial dos jogadores e do êxodo de jogadores brasileiros para o futebol europeu nas últimas décadas do século XX. O surgimento do Clube dos Treze, a Lei Zico, a Lei Pelé e o fim do passe são elementos que caracterizam esta fase recente do futebol brasileiro.

A principal característica desta fase é a comercialização do espetáculo futebolístico, a introdução da publicidade ao redor do gramado, nas camisas dos times. A mudança no estilo brasileiro de jogar tornar-se mais evidente neste período, especialmente quando os clubes e a seleção nacional adotam novos métodos de treinamento, dando ênfase na preparação física e na armação tática da equipe em campo. Podemos aludir aqui ao futebol-força, ou futebol científico, sendo ambos conseqüências da crescente comercialização do futebol.

Na década de 1990 o futebol mundial e o brasileiro ganharam uma nova configuração. Esta pode ser classificada de fase pós-moderna. Giulianotti (2002, p. 9) defende que o futebol entrou numa fase nova, marcada pela flexibilização das relações de trabalho e por novos métodos de recrutamento e formação de jogadores. Um marco desta nova fase é o fim do passe. Trata-se de um dos elementos deste modelo flexível de produção e comercialização do espetáculo futebolístico.

Segundo Giulianotti (2002, p. 159), houve crescimento substancial na mobilidade de atletas

no futebol europeu pós-“caso Bosmann”. Muitos atletas espanhóis, italianos, franceses e alemães deixaram seus países para trabalhar em outros países.

Os grandes clubes tornaram-se mais poderosos e ricos no futebol europeu, dominando os campeonatos, contratando os melhores jogadores, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

Entre as principais mudanças que a pós-moderna apresenta no futebol europeu, pode-se destacar: (1) crescimento da mobilidade espacial de jogadores na Europa, (2) o poder se concentrou cada vez mais nos clubes mais ricos, (3) crescimento da renda (em salários) dos grandes jogadores (Giulianotti, 2002, p. 159).

Os clubes europeus estão utilizando contratos mais longos para combater o livre mercado, especialmente com a liberalização do sistema de transferências no futebol. Com isso, cria-se um vínculo entre clube e jogador (Simmons, 1997, p. 17). Este é o caso de Denílson, jogador vendido pelo São Paulo ao Real Betis da Espanha, por 35 milhões de dólares, onde foi assinado contrato por 11 anos.

Entendemos que a fase pós-moderna do futebol acima caracterizada pode ser inserida no contexto da nova configuração do capitalismo global, no qual o paradigma pós-industrial é dominante, sendo marcado pelas redes de mercado, liderança participativa, gerência estratégica e livre empresa democrática (Halal, 1986). Trata-se da fase da acumulação flexível (Harvey, 1992) no futebol. As novas relações de trabalho são caracterizadas pela flexibilidade e temporalidade, heterogeneidade e virtualidade. O fim do passe é o mais evidente exemplo do modelo flexível que predomina na organização do futebol atualmente (Giulianotti, 2002).

## **2. O sistema tradicional de transferência de jogadores: a vigência do passe no Brasil**

Em “Os gênios da pelota”, Araújo (1980) elabora uma etnografia sobre o futebol como profissão. Trata-se de um trabalho que se tornou referencial imprescindível para futuras investigações acerca do futebol como campo de trabalho, por se tratar de uma pesquisa pioneira acerca do futebol como profissão nos anos oitenta. O estudo do futebol como profissão, especialmente acerca da motivação profissional pode adotar a oposição cálculo-prazer. Esta é uma perspectiva seguida por Araújo (1980) ao realizar pesquisa sobre o futebol como profissão no Rio de Janeiro, com 08 atletas, na qual busca entender as razões que levaram os jogadores pesquisados a escolherem o futebol como profissão, e a concepção que eles possuem desta carreira profissional (Araújo, 1980, p.5).

Sobre o passe, Araújo (1980, p. 75) afirma que

O passe implica, fundamentalmente, numa ‘carta’ que assegura ao clube direitos absolutos sobre a transferência do jogador. Este documento, o ‘Certificado de Transferência’, vincula inteiramente o jogador ao clube, que tem a propriedade do seu passe. Conseqüentemente, para mudar de clube, de emprego, o jogador terá que ser vendido ou trocado, em negociações nas quais, embora consultado, nunca possui a palavra final.

O passe era um mecanismo legal, criado pela Lei

n.6.354/ 2/9/76, regulamentando a profissão de jogador de futebol. Logo, o jogador é o trabalhador legalmente proibido de procurar emprego, de escolher. Não é dono de seus interesses e destino profissionais. O passe é uma instituição paternalista. Atrapalha o projeto de acumulação do jogador, mas lhe dá o mínimo de segurança. Conclui que os atletas consideram o passe uma segurança de emprego, porém privação da autonomia de trabalho. Com o fim do passe, os jogadores ganhariam autonomia, mas perderiam em segurança (Rodrigues, 2004).

Florenzano (1998) analisa dois casos especiais: Afonsinho e Edmundo. Em 1971 Afonsinho ganhou passe livre. Neste ano outros jogadores também reivindicam passe livre, como Paulo César e Raul, sendo ambos ameaçados pelas diretorias de seus clubes. Com o passe em vigor, o atleta é tratado como um objeto à venda.

No caso de Afonsinho é ilustrativo o fato de que o passe lhe prendia ao Botafogo. Este clube proibiu o atleta de treinar e jogar enquanto estivesse barbado e de cabelos grandes. Após o término do contrato, depois de ficar seis meses sem trabalhar, proibido de exercer a profissão pelos dirigentes do Botafogo, Afonsinho recorre à Justiça Desportiva reivindicando o direito de trabalhar em outro clube. Porém, a Lei do passe estava em vigor. Este jogador, após 5 anos de trabalho no clube carioca fica aprisionado, pois ficar, por meio de indisciplina, proibido de jogar futebol, ficando sem salário, sem trabalho, desempregado e proibido de procurar outro clube. O atleta teve seu contrato suspenso e afastado da equipe (Rodrigues, 2004)..

O passe retirava do jogador a propriedade de sua força de trabalho, tornando ele uma mercadoria-trabalho.

Com relação ao caso Edmundo, deve-se ressaltar que o Corinthians queria contratar o Atleta por um preço baixo, porém Edmundo não queria voltar ao futebol paulista. Ai entra em cena debates sobre o passe: Conforme palavras do Atleta: “O passe é do clube, mas a vida é minha e ainda vou decidir meu futuro” (Jornal da Tarde, 28/12/1995). Enquanto isso o Flamengo e o Corinthians negociavam o atleta. O atleta considerava aquilo uma derrota pessoal, pois não desejava mais voltar ao futebol de São Paulo, pois havia prometido ao deixar o Palmeiras (Florenzano, 1998, p. 225).

Mesmo sem querer, o atacante volta a São Paulo, sendo obrigado pelo passe, instrumento de dominação no Futebol. paternalismo, passe e relações de trabalho que viam o atleta como criança o passe tira a autonomia de trabalho do atleta, tem a função política de manter o atleta sob minoridade.

Com a lei do passe, o jogador era objeto. Assim, com o fim do passe, muda-se a condição do atleta: a Folha de São Paulo, num editorial publicava matéria intitulada: “Fim da Escravidão”,

A nova regulamentação que trata da questão dos passes de jogadores de futebol [...] caminha no rumo correto de pôr um fim ao regime de escravidão a que estão submetidos os atletas desta modalidade esportiva no Brasil [...] Se um executivo, por exemplo, pode trocar de empresa à hora que bem entender, ressalvadas cláusulas especiais acertadas previamente por ambas as partes, por que um atleta não pode fazer o mesmo? [...] O fato concreto é que a Lei Áurea data de 1888, só agora, em 1997, os

jogadores de futebol encontram sua alforria (Folha de São Paulo, 12/09/1996).

Somente agora é que o profissional do futebol começa a ser um cidadão livre para trabalhar, dono de seu destino.

De fato, a lei do passe era inadmissível assim, um cronista esportivo reconhecido nacionalmente se manifestava: “O regime do passe, tal como existe no Brasil, é odioso. O atleta é vendido e comprado, entre clubes, como se não fosse gente. O jogador, quase sempre, não é ouvido, nem cheirado. Vai para onde não quer ir, negociado como saco de batatas” (Armando Nogueira, *Jornal do Brasil*, 15/09/1996).

### 3. A era pós-moderna no futebol europeu: o “caso Bosmann” e o livre mercado

Para pensar a era pós-moderna no futebol, utilizaremos como base a divisão histórico-sociológica de Giulianotti (2002, p. 9). Este autor concebe a história do futebol a partir de três fases distintas: (1) tradicional, (2) moderna e (3) pós-moderna. A primeira é caracterizada pelo amadorismo na prática e na organização futebolística. Trata-se de formas tradicionais e pré-modernas de produzir e gerir o futebol, em que a aristocracia criava normas convencionais de administração. As relações pessoais eram mais importantes do que as normas racionais e capitalistas.

A fase moderna caracteriza-se pelo advento do profissionalismo e modernização. Pode ser entendida como uma modernidade fordista, rigidez nos esquemas táticos. Para Harvey (1992, p. 304), a modernidade fordista significa economia de escala, divisão detalhada do trabalho, hierarquia, capital monopolista, capital produtivo, universalismo, poder do estado, sindicatos fortes, produção, materialidade, centralização, negociação coletiva, administração operacional, produção em massa, trabalho especializado e etc. O fordismo teve seu auge na primeira metade do século XX, entrando em crise nos anos 70, quando emerge o modelo de acumulação flexível. Este “se apóia na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (Harvey, 1992, p. 140). São interessantes os novos mercados, produtos e inovações tecnológicas e organizacionais que constituem este modelo de acumulação. Representa o antigo capitalismo, que na concepção de Halal (1986) é caracterizado pelo paradigma industrial no qual predomina o crescimento difícil, estrutura mecânica, comando autoritário, gerência operacional, grande negócio centrado no lucro.

A flexibilidade pós-moderna é tida como uma fase marcada pela efemeridade, predomínio de imagens e da flexibilização das formas e relações de produção, alterações no mercado de trabalho. Trata-se de um reverso da ordem da modernidade fordista. Para Harvey (1992, p. 304), a pós-modernidade flexível caracteriza-se por economias de escopo, diversidade na divisão social do trabalho, descentração, empreimentismo, jogo, capital fictício, localismo, individualismo, poder financeiro, imaterialidade, administração estratégica, trabalhador flexível, contrato temporário, livre mercado etc. Talvez aqui represente o novo capitalismo na visão de Halal (1986), baseado no paradigma pós-industrial, no qual é dominante o crescimento

esperto, redes de mercado, liderança participativa, alvos múltiplos, gerência estratégica e livre empresa democrática.

A era pós-moderna representa a fase de livre mercado nas relações entre clubes, jogadores e empresas. O jogador de futebol tornou-se um profissional flexível, dono de seu destino profissional.

Dentro da sociologia do futebol, utilizaremos estudos acerca dos impactos do fim do passe no mercado futebolístico europeu, especialmente a partir de 1995. O sistema de transferências no futebol europeu sofreu grandes alterações, quando o Tribunal de Justiça europeu, deu parecer favorável ao jogador belga Bosmann contra a Federação Belga de Futebol. O famoso “caso Bosmann” teve início em 1990, quando o jogador do Liège<sup>1</sup> teve seu contrato encerrado. Ao atleta Bosmann,

foi oferecido um novo contrato pelo preço mínimo permitido pela Federação belga, na prática reduzindo seu salário em 75%. Ele se recusou e entrou em contato com o Dunkerque, um clube francês da segunda divisão, que então concordou em fazer um empréstimo ou um acordo de transferência com Bosmann e o Liège. No entanto, o Liège suspeitou da posição financeira do Dunkerque, cancelou o acordo e suspendeu o jogador. Bosmann entrou com uma ação na Justiça, demandando mensalmente pagamentos do Liège e a anulação do preço de seu passe, enquanto procurava um novo clube. Os tribunais belgas encaminharam seu caso para o Tribunal europeu, dando início ao fim do sistema de transferências europeu (Giulianotti, 2002, p. 159).

Este sistema de transferência sustentava-se no passe, além de estabelecer limites de jogadores estrangeiros por clubes<sup>2</sup>.

Bosmann, alegava que a legislação que regia as transferências no futebol europeu, negava a garantia de liberdade de movimento de todos os trabalhadores no continente sem qualquer tipo de discriminação, algo estabelecido no artigo 48 do Tratado de Roma. A Corte européia modifica o sistema de regulamentação de transferências no futebol da União Européia, favorecendo novas relações de trabalho, estabelecendo livre mercado nas negociações contratuais entre clubes e jogadores.

Antes da abolição do antigo sistema de transferências, os times espanhóis e franceses adotaram um sistema de passe livre para atletas que tinham cumprido longos contratos (Thomas, 1996, p. 24).

É importante lembrar aqui três impactos fundamentais do fim do passe no futebol da Europa. São eles: (1) crescimento da mobilidade espacial de jogadores na Europa, (2) o poder se concentrou cada vez mais nos clubes mais ricos, (3) crescimento da renda (em salários) dos grandes jogadores (Giulianotti, 2002, p. 159).

Conforme Rodrigues (2004), os clubes europeus estão utilizando contratos mais longos para combater o livre

mercado, especialmente com a liberalização do sistema de transferências no futebol. Com isso, cria-se um vínculo entre clube e jogador (Simmons, 1997, p. 17). Este é o caso de Denílson, jogador vendido pelo São Paulo ao Real Betis da Espanha, por 35 milhões de dólares, onde foi assinado contrato por 11 anos.

O fim do passe pode ser entendido como uma fase da “acumulação flexível” (Harvey, 1992) no futebol. Isso significa que os clubes podem contratar jogadores para funções, torneios ou jogos específicos, sem a necessidade de garantir segurança ao atleta por prazos longos. A nova legislação permite que os times contratem atletas apenas para um jogo importante.

Uma consequência do fim do passe no futebol europeu que poderá ocorrer no Brasil é abandono das categorias de base. Ou seja, os times podem deixar de investir na formação de jogadores temendo prejuízos, visto que há a possibilidade de o atleta ser formado num time e assinar contrato com outro time, sem que o clube formador receba o pagamento pelo passe do mesmo, pois juridicamente este vínculo entre clube e jogador denominado passe não existe mais (Rodrigues, 2003a e 2003b).

Tal fato está acontecendo na Itália. Segundo Giulianotti (2002, p. 160), o Milan e a Juventus, dois clubes tradicionais do futebol italiano, abandonaram seus times juvenis, temendo eventuais prejuízos. A política agora é contratar atletas no mercado, ao invés de formar. Então, é realmente possível que o fim do passe venha afetar a política de formação de jogadores, ou até mesmo provocar o fim das categorias de base.

Nos preocupa o fato de que, sendo o Brasil um dos maiores exportadores de jogadores de futebol, como fica o sistema de migração de atletas brasileiros para o exterior. Nossos clubes que sempre venderam talentos para o futebol europeu sofrerão com as consequências do fim do passe. Desvendar os impactos do passe livre no mercado de jogadores interno e externo, será um dos sub-produtos de nossa pesquisa que estamos desenvolvendo no doutorado em sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>3</sup>.

Clubes como Nantes, Metz, Athletic Bilbao e Sporting Gijon tradicionalmente, lapidavam jovens talentos para vendê-los para grandes times do futebol europeu, estão sofrendo as consequências da nova legislação que impossibilita tal negócio. Estes clubes espanhóis consideraram negativos os impactos do caso Bosmann. Já os clubes franceses, seguem a antiga tradição de contratar jogadores estrangeiros na Europa e nas colônias, especialmente na África (Guttmann, 1994, p. 52).

Esta tendência européia de contratar jogadores ao invés de formar em casa, ainda não se verifica no futebol brasileiro. Não se tem registro de que algum clube tenha abandonado suas categorias de base, suas escolas de formação de jogadores. É possível que isso aconteça a partir de agora.

<sup>1</sup> Liège é um clube da Primeira Divisão do futebol da Bélgica.

<sup>2</sup> Os clubes europeus podiam jogar com no máximo três jogadores estrangeiros, e com dois “assimilados”, ou seja, estrangeiros que tinha jogado naquele país por cinco anos.

<sup>3</sup> A pesquisa que estamos realizando para fundamentar nossa tese de doutorado está em fase de coleta de dados. Maiores detalhes do leitor pode encontrar em Rodrigues (2004).

#### 4. Modernização e os antecedentes do fim do passe no futebol brasileiro

A década de 80 marca importantes modificações no futebol brasileiro, aonde a comercialização incrementa-se, bem como o advento da TV. O mercado parece dominar o futebol, inflacionando os salários dos jogadores e técnicos. No entanto, diante da crise que o nosso futebol vivia nos anos 80, a solução parece ser a profissionalização dos dirigentes dos clubes. Esta visão sobre modernização está em Helal (1997) e Proni (2000). A crise não se restringia ao futebol, tinha natureza econômica (inflação elevada, perda de dinâmica) e política (luta pela redemocratização e fim da ditadura militar). Um dos sinais deste momento difícil no futebol é o elevado índice de êxodo de jogadores<sup>4</sup>. Os clubes vendiam seus craques para pagar o salário de seus jogadores. É nesta época que craques como Zico, Sócrates, Falcão, Edinho foram vendidos ao futebol europeu.

##### 4.1 O Clube dos Treze

Trata-se de um movimento criado em julho de 1987, chamado de União dos Grandes Clubes Brasileiros, formado pelos principais clubes de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia que questionou e abalou a estrutura administrativa do futebol brasileiro. Os times participantes inicialmente eram São Paulo, Flamengo, Vasco, Botafogo, Corinthians, Palmeiras, Santos, Internacional, Grêmio, Cruzeiro, Bahia, Vitória e Atlético-MG (Rodrigues, 2003b, p. 87).

Entre os antecedentes da formação do Clube dos Treze está a mudança nas regras do Campeonato Brasileiro de 1986, que teve por objetivo favorecer a um grande clube do Rio de Janeiro (Pimenta, 2000, p. 80; Helal, 1997, p. 84). Este movimento indica a necessidade de modernizar a estrutura administrativa do futebol nacional, tendo como modelo as ligas européias de futebol. Fundar um liga nacional para gerir o futebol e organizar o campeonato nacional era um dos propósitos do Clube dos Treze.

A Copa União, o campeonato nacional organizado em 1987 pelo Clube dos Treze, foi uma tentativa de racionalizar e comercializar o campeonato brasileiro. Em outras palavras, os grandes clubes se rebelaram contra a CBF que havia declarado ser incapaz de organizar o certame nacional naquele ano. Então, os Treze Clubes maiores do Brasil, apoiados pela TV Globo, Coca-Cola e Varig realizaram a Copa União. Exceto Corinthians e Flamengo, todos os clubes participantes assinaram contratos de patrocínios com a Coca-Cola. Este pode ser considerado um momento decisivo na modernização do futebol brasileiro, ou melhor, sua inserção definitiva no futebol industrializado, dominado pelos empresários (Rodrigues, 2003b, p. 87).

##### 4.2 A Lei Zico

A Lei Zico se insere num contexto político de redefinição da intervenção estatal na esfera

esportiva, no qual se revisa o papel do Conselho Nacional de Desportos frente à legislação esportiva.

No âmbito da economia, os anos 90 assistiram a um conjunto de transformações, tais como reestruturação produtiva, plano de combate à inflação e valorização e criação de uma nova moeda: o Real a partir de 1994, abertura da economia interna ao mercado internacional, privatizações de empresas estatais e a flexibilização das relações de trabalho. O país adota o modelo de desenvolvimento condizente com o discurso da globalização e do liberalismo, substituindo o modelo nacional-desenvolvimentista pelo modelo-discurso da eficiência do mercado. O primeiro parecia ultrapassado, enquanto que o segundo representa a modernidade.

No âmbito esportivo, as mudanças giravam em torno da melhoria dos serviços prestados ao consumidor (torcedor) e do incentivo à participação da iniciativa privada no esporte, retirando, parte, do patrocínio público. Com isso, abria-se oportunidade para o avanço do marketing esportivo, uma das facetas do futebol-empresa em gestação. Tais mudanças pretendem libertar o futebol da tutela estatal (Proni, 2000, p. 164).

O “Projeto Zico” encaminhado ao Congresso Nacional em 1991 apresentava como conteúdo:

- I) regulamentar a presença de empresas e as formas de comercialização no futebol profissional, II) rever a participação nos recursos da Loteria Esportiva, III) extinguir a ‘lei do passe’ e estabelecer uma nova norma para o contrato de trabalho do atleta profissional, IV) redefinir os mecanismos de supervisão e assegurar a autonomia estatutária dos clubes, assim como v) buscar mecanismos mais democráticos e transparentes de representação e de administração das federações e da CBF (Proni, 2000, p. 165).

Com estas medidas, pretendia-se modernizar o futebol brasileiro, bem como proporcionar situações financeiras mais confortáveis aos clubes nacionais, transformando estes em empresas comerciais de natureza desportiva. Com isso, era inevitável e necessária a profissionalização administrativa. A disparidade entre jogadores profissionais e dirigentes amadores apresentava-se como insustentável diante do empresariamento e da industrialização do futebol globalizado.

Depois de muitas discussões e reações dos dirigentes, especialmente no que se refere ao fim do passe, o projeto foi aprovado com algumas modificações, entre elas a retirada do ponto que pregava o fim da lei do passe, além da obrigação de transformação dos clubes em empresa (Rodrigues, 2003b, p. 88).

A Lei Zico/Lei n. 8.672/93, tinha por objetivo modificar a organização do futebol nacional, promovendo (1) o fim do passe, proporcionando autonomia aos jogadores em forma de liberdade de contrato; (2) a ruptura com o modelo intervencionista do Estado nos clubes e federações; (3) o surgimento do futebol-empresa; (4) alterações no sistema

<sup>4</sup> O número de jogadores que deixaram o país nos anos 80 ilustra a venda de jogadores como forma de arrecadar. 1980 (76), 1981 (154), 1982 (154), 1987 (199), 1988 (227) (ver Proni, 2000, p. 151).

eleitoral da Confederação Brasileira de Futebol (Pimenta, 2000, p. 81).

Na verdade, a nova legislação está em consonância com a comercialização do futebol e a necessidade de profissionalização de sua gestão. Relações empresariais são introduzidas, tendo em vista substituir a paixão e a tradição dos dirigentes por administrações imparciais e transparentes.

Mas a modernização inculcada na Lei Zico não se completou, ou melhor, realizou-se levando em conta a ética dual, aonde o moderno e tradicional se mesclam. Por exemplo, jogadores profissionais e dirigentes amadores. Pode-se apontar outras falhas no projeto modernizante empreendido a partir da Lei Zico. Veja o que diz Helal (1997, p. 111):

A adoção do ‘futebol-empresa’, permitida após a Lei Zico [...] sem a transformação da estrutura de poder não representa uma mudança radical na organização do futebol no país, pois a política de troca de favores ainda prevaleceria na organização dos campeonatos. Com jogos deficitários, o campeonato daria prejuízo aos clubes, limitando o potencial de marketing e da comercialização do futebol, e é exatamente isto o que vem ocorrendo mesmo após a Lei Zico. Ou seja, a modernização administrativa, significando comercialização do espetáculo, teria que vir acompanhada de uma modernização política, entendida aqui como autonomia e independência dos clubes para organizar os campeonatos.

#### 4.3 A Lei Pelé

Em setembro de 1997, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, Ministro Extraordinário dos Esportes, encaminhou um projeto de lei que pretendia, inspirado na legislação espanhola, restaurar o controle do Estado sobre as entidades esportivas. Rezava pela fiscalização do esporte e autonomia de organização dos clubes. Neste sentido, “[...], ao propor a revogação da Lei 6.354/76, o projeto também pretendia retirar as proteções que a legislação garantia aos clubes (lei do “passe”) e aos atletas (15%) na transferência e limite de três anos na duração do contrato), deixando que o esporte passasse a ser regulado pelas leis do mercado” (Proni, 2000, p. 198).

O projeto foi enviado ao Congresso Nacional sem qualquer consulta às entidades esportivas, o que levou dirigente de clubes, da CFB, federações a classificarem-no de idiota, estatizante e autoritário. Os principais clubes brasileiros se manifestaram contrário ao fim do passe estabelecido pela lei Pelé, alegando que o passe era uma forma de repor os investimentos no processo de formação do atleta. O projeto de lei pretendia colocar o futebol brasileiro na modernidade (Rodrigues, 2003b, p. 89).

A modernização do futebol brasileiro, a partir da década de 90, pode ser entendida como resultado de mudanças na economia mundial e da transformação do esporte em produto da indústria de entretenimento em processo de globalização. Nestes sentido,

a modernização do futebol brasileiro tornava-se um imperativo da concorrência capitalista; tornava-se urgente

reestruturar as formas de produção do espetáculo e de gestão dos clubes para garantir uma alta competitividade internacional e alavancar os negócios nesse campo de valorização em franca expansão (Proni, 2000, p. 193).

Rodrigues (2003b, p. 89) defende que há consonância entre a adoção de um modelo de modernização na sociedade, via processo de globalização da economia e as mudanças estruturais no futebol, também inspiradas na gestão do espetáculo futebolístico europeu. O padrão de gestão empresarial passa a ser considerado uma das soluções para o futebol brasileiro. É neste sentido que o discurso acerca da profissionalização dos dirigentes ganha defensores, particularmente na imprensa. Há, de fato, estreita relação entre profissionalização da administração, transformação dos clubes em empresas, racionalização do calendário futebolístico e criação da liga nacional. Trata-se de aspectos importantes da tão desejada moralização do futebol, que iria proporcionar transparência nas negociações entre clubes, nas relações entre jogadores e clubes. Na verdade, alimenta-se a crença de que a modernização seria a solução para erradicar os males do futebol nacional (Proni, 2000, p. 193).

#### 5. Pós-modernidade, livre mercado e o fim do passe no Brasil

Entendemos que as transformações na legislação futebolística brasileira nas últimas décadas do século XX, criaram condições para a emergência de uma configuração pós-moderna na organização e na produção do futebol no Brasil. Trata-se da liberalização nas transferências e nas relações de trabalho no futebol. O fim do passe representa uma faceta do sistema de acumulação flexível no futebol, facilitando os contratos temporários e um rejuvenescimento da força de trabalho no futebol brasileiro. O que em outras palavras, pode ser o encurtamento da vida útil do atleta.

O discurso defensor da lei do passe mostra uma sintonia com o neoliberalismo, aonde o mercado redefine as relações. Para Hélio Vianna, Vice-Presidente do Conselho Deliberativo do Idesp, o fim do passe viria acabar com o paternalismo no futebol e modernizar as relações.

Com a Lei, não vai ter mais clube vendendo jogador. Vai ser sempre como no caso do Ronaldinho. O jogador recebe proposta melhor, paga a multa e vai embora [...]. Não pode haver paternalismo. Esse projeto não é para proteger o jogador. É para colocar o futebol na modernidade, [...], com os clubes-empresa, em um ano somem os Euricos da vida. A relação vai ser profissional. É claro que um ou outro [jogador] vai assinar em branco. Mas depois aprende e não faz mais. [...] O mercado é sábio. Nele, os jogadores são trabalhadores normais. Sem as leis especiais, a categoria vai crescer e vai se conscientizar. Como em toda parte, quem negociar melhor vai sair ganhando (Proni, 2000, p. 200-1).

A legislação não se preocupou com os clubes pequenos, os celeiros de craques. Como os clubes vão formar jogadores? Alguns clubes pequenos vão se especializar na formação de atletas? A

proporção de jogadores estrangeiros no Brasil irá aumentar?

Haverá encurtamento na carreira do jogador de futebol? Haverá diminuição do número de jogadores registrados? Vai se reduzir o mercado de trabalho para jogadores de menor porte? O mercado de trabalho no futebol brasileiro se tornará mais competitivo? A liberalidade contratual irá fortalecer os sindicatos dos atletas? Isso aumenta a proporção de sindicalizados? Tais questões devem ser tomadas como agenda de pesquisas futuras, pois requerem investigações empíricas aprofundadas.

Os times têm como gastos principais os investimentos na aquisição de atletas (comprar de passes) e outras despesas (bichos, prêmios, salários).

Os clubes brasileiros enfrentam a incongruência de que o crescimento das receitas não dar para cobrir gastos com salários, ao contrário do que ocorre na Europa.

A formação de atletas deixará de ser uma atividade compensadora. Os empresários agirão mais, sendo eles que farão diretamente com os clubes as transações de jogadores.

Faz sentido questionar os debates e interesses na questão do passe: por que tanta polêmica a respeito do fim do passe? O que os jogadores acham disso? Qual a reação dos atletas e dirigentes?

É necessário questionar como o fim do passe impacta na mobilidade de jogadores entre regiões do país, bem como na migração de jogadores para outros países. Segundo Giulianotti (2002, p. 159), houve crescimento substancial na mobilidade de atletas no futebol europeu pós-“caso Bosmann”. Muitos atletas espanhóis, italianos, franceses e alemães deixaram seus países para trabalhar em outros países.

Os grandes clubes tornaram-se mais poderosos e ricos no futebol europeu, dominando os campeonatos, contratando os melhores jogadores, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Mesmo sendo demasiadamente prematuro fazer prognósticos, o economista Proni (2000) aponta que é inevitável a concentração de poder econômico e político entre os grandes clubes do nosso futebol.

No caso do futebol brasileiro, entre 1997 e 2000, houve elevação nos salários de alguns atletas, especialmente da elite. No entanto, nos últimos dois anos percebe-se um movimento de diminuição salarial, os grandes jogadores do país tiveram seus salários reduzidos, inclusive Romário. O salário de Romário no Vasco da Gama em 2000 era de R\$ 400 mil. Em 2001, a direção do Vasco da Gama reduz para R\$ 250 o salário de Romário, e no segundo semestre de 2002, declara-se sem condições financeiras para manter o atacante, sonho de consumo de milhões de torcedores brasileiros. Em agosto de 2002, Romário passa a receber R\$ 70 mil para atuar pelo Fluminense. Outros jogadores tiveram salários reduzidos, como Zinho, Marques, Danrlei, Roger. Muitos clubes brasileiros diminuíram despesas, cortando salários. O Flamengo rebaixou sua folha mensal de R\$ 3 milhões para R\$ 557 mil. O atleta Marques, atacante do Atlético-MG aceitou, para permanecer empregado no clube mineiro, redução no salário de R\$ 160 mil para R\$ 50 mil (Correa, “Craques sem emprego”, Zero Hora, 04/08/2002, esportes, p. 47).

Os grandes clubes<sup>5</sup> do futebol brasileiro estabeleceram um teto salarial máximo de R\$ 50 mil. A redução salarial

atinge os técnicos. As cifras que atingiam até R\$ 150 mil no ano passado, agora baixaram para no máximo R\$ 60 mil.

Inquieta-nos o fato de que no futebol europeu houve crescimento do nível salarial após o fim do passe (Giulianotti, 2002), enquanto que no Brasil a tendência é contrária. Que relação existe? Será que é a crise econômica do país ou as mudanças na legislação futebolísticas que redefinem as políticas salariais dos clubes? Cabe, ainda, indagar em que medida o passe livre impacta sobre o público torcedor. A perda de um atleta poderá provocar diminuição de público nos estádios. Como mensurar isso?

Então, é válido tentar entender as condições sociais que possibilitaram esta situação no futebol brasileiro. Em que medida o fim do passe contribui para diminuir ou aumentar o salário dos jogadores? Por que isso acontece? Os grandes clubes do futebol brasileiro apresentaram nos últimos anos uma renovação da força de trabalho. Será que se trata de algum impacto do fim do passe? (Rodrigues, 2004).

## 6. O fim do passe e seus impactos no futebol gaúcho: O SC Internacional

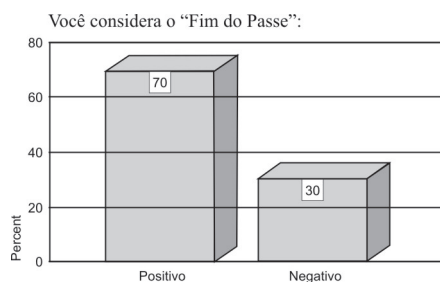
Um dos temas mais relevantes nas discussões acerca da modernização do futebol brasileiro nas últimas décadas é o fim do passe. A Lei Pelé, denominação dada à Lei nº. 9.615/03/1998, estabelece que os atletas profissionais de futebol, de qualquer idade, terão liberdade de assinar contratos com os clubes que oferecerem melhores propostas. O vínculo que garantia ao clube a força de trabalho do atleta, permitindo até mesmo vendê-lo, está abolido. Ao término de cada contrato, o atleta profissional tem liberdade de procurar outra entidade desportiva ou permanecer na mesma, em caso de acerto de ambas as partes.

Numa linguagem simplista, pode-se dizer que esta lei veio rever a condição de mercadoria a que estava submetido o jogador de futebol. Este deixa de ser patrimônio do clube para se tornar empregado, trabalhador da bola, dotado de liberdade.

Muitas controvérsias e discussões vieram à tona após a promulgação da referida lei, porém não se tem um consenso sobre suas reais conseqüências no futebol brasileiro. Não há estudos que apontem claramente os impactos que terá no mercado futebolístico brasileiro. Sabe-se que deve mudar a política de formação de jogadores por parte dos clubes.

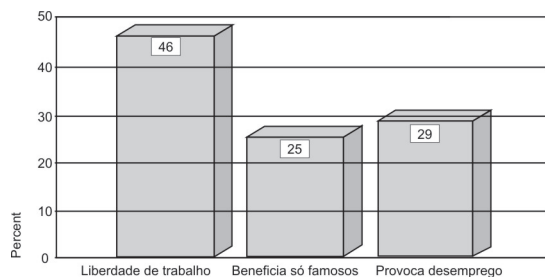
Vejam os que pensam os jogadores entrevistados sobre o fim do passe. A Figura 1 apresenta duas visões antagônicas. Para 70% dos atletas o fim do passe é positivo. Estes acreditam em futuras melhoras no futebol, diferentemente dos 30% de pessimistas que avaliam negativamente o mesmo fenômeno.

<sup>5</sup> Entre estes clubes estão o SC Internacional-RS, Santos FC, Atlético-MG, CR Flamengo e Vasco da Gama.



FONTE: Rodrigues (2003, p. 160).

FIGURA 1 - Avaliação sobre o Fim do Passe



FONTE: Rodrigues (2003, p. 160).

FIGURA 2 - Visão Geral sobre o Fim do Passe

Tentando captar melhor a avaliação dos atletas sobre os impactos do fim do passe, a pesquisa, por meio de questionário fechado, sugeriu algumas alternativas. Vejamos, em termos percentuais, como estas alternativas foram recebidas pelos atletas.

A Figura 2 revela que o fim do passe representa liberdade de trabalho para 46% dos jogadores. Trata-se de um dado significativo, manifestando otimismo quanto ao processo de modernização das leis trabalhistas no universo do futebol. Entre estes otimistas, a maior parcela é formada pelos atletas profissionais, os que mais sentem diretamente as conseqüências da nova legislação (Rodrigues, 2003a, 2003b, p. 92).

Por outro lado, percebe-se que 29% dos atletas são pessimistas em relação ao futuro do mercado futebolístico nacional com a entrada em vigor do fim do passe. Segundo eles, o fim do passe significa desemprego. Os jogadores perderão o vínculo com o clube e ficarão mais facilmente esquecidos do mercado, podendo abreviar a duração da carreira. O que é lastimável, porém possível de acontecer mesmo (Rodrigues, 2003a, 2003b).

Há uma parcela significativa de jogadores que avaliam o fim do passe da seguinte forma: beneficiará apenas jogadores famosos (25%).

Vejamos o depoimento de um atleta sobre o fim do passe, aonde se percebe muito pessimismo e cautela:

Depende, acho que a Lei do Passe é muito boa para quem já tem seu nome feito no mercado do futebol, porque ele vai ficar livre, vai para o time que quiser. Mas para jogadores do interior que não tem seu nome feito, vai ser muito ruim porque eles não têm seu nome feito, então vão ter que correr atrás de clubes, eu acho que para esses jogadores mais humildes, mais simples, vai ser muito ruim (Atleta 01).

Por outro lado, alguns atletas apresentam visão otimista em relação aos impactos provocados pelo fim do passe. Vejamos um deles:

Será melhor não só para o jogador, mas para o clube também, porque o jogador fica na obrigação de estar sempre bem, sempre trabalhando para que consiga sempre contrato, sempre clubes interessados e com certeza vai ser bom para o jogador e para o clube. Essa lei faz com que o jogador trabalhe e fique sempre em boas condições para que sempre tenha portas abertas e clubes interessados, porque pode ser que ele fique desempregado e esquecido do mercado (Atleta, 02).

Apresentaremos outras opiniões sobre o fim do passe para que o leitor possa perceber como se trata de uma questão ainda muito controversa. Vejamos algumas:

“O fim do passe é negativo porque muitos jogadores encerrarão a carreira” (Atleta, 11).

“Positivo, ele se torna dono dele mesmo” (Atleta, 23).

“Negativo, alguns jogadores ficam sem clube de futebol onde trabalhar” (Atleta, 26).

“Negativo, alguns ficam desempregados” (Atleta, 28).

“Negativo, porque prejudica a maioria dos atletas e favorece apenas os grandes jogadores” (Atleta, 15).

“Você mesmo negocia o seu passe” (Atleta, 14).

“Livre comércio” (Atleta, 21).

“Positivo, é aonde o jogador vê qual lugar é melhor para ele trabalhar” (Atleta, 01).

Como se percebe, as opiniões se dividem entre liberdade de trabalho e desemprego. No entanto, é necessário ressaltar que os impactos que a nova legislação trabalhista terá no mercado de trabalho e na política de formação de jogadores nos clubes ainda são desconhecidos. A lei que garante o fim do passe tem pouco mais que um ano de vigência, e além do mais, vem sendo constantemente desrespeitada por parte de empresários e dirigentes de clubes. Portanto, é preciso aguardar mais para se poder fazer uma análise mais consistente.

## 7. Considerações finais

Este trabalho investigou a fase de livre-mercado no futebol como uma das dimensões da pós-modernidade. Pós-modernidade entendida aqui como uma nova configuração econômica, social, política e cultural com dimensões globais, em que a heterogeneidade, efemeridade, virtualidade e flexibilidade são aspectos fundamentais.

No caso do futebol, considera-se que a era do livre mercado e da pós-modernidade é marcada por benefícios como liberdade de trabalho, aumento na renda dos jogadores e na consciência política dos atletas profissionais.

Entre as principais mudanças que a era pós-moderna apresentou no futebol europeu, destacam-se: (a) crescimento da mobilidade espacial de jogadores na Europa, (muitos atletas espanhóis, italianos, franceses e alemães deixaram seus países para trabalhar em outros países), (b) o poder se concentrou cada vez mais nos clubes mais ricos (os grandes clubes tornaram-



se mais poderosos e ricos no futebol europeu, dominando os campeonatos, contratando os melhores jogadores, sejam eles nacionais ou estrangeiros); (3) crescimento da renda (em salários) dos grandes jogadores (Giulianotti, 2002).

Os clubes europeus estão utilizando contratos mais longos como mecanismo de sobrevivência na fase de livre mercado, particularmente com a liberalização do sistema de transferências no futebol. Com isso, cria-se um vínculo entre clube e jogador, mesmo que este vínculo tenha natureza diferente do antigo “passe” (Simmons, 1997, p. 17).

No caso do futebol brasileiro, verificamos que o movimento do Clube dos Treze, as Leis Zico e Pelé são os principais elementos que proporcionaram condições para o novo cenário futebolístico nacional. Percebemos que entre 1997 e 2000, houve relativa elevação nos salários de alguns jogadores dos grandes clubes da primeira divisão, a chamada elite do futebol. Entretanto, nos últimos dois anos ocorreu um processo de diminuição salarial, os grandes jogadores do país tiveram seus salários reduzidos, inclusive Romário, Zinho, Marques, Danrlei e outros. O desemprego no futebol brasileiro parece ter crescido com a entrada em vigor do fim do passe.

Constatamos que a maioria dos jogadores considera a modernização das leis trabalhista no futebol como positiva. Os resultados apontam que as principais concepções sobre o fim do passe são (1) liberdade de trabalho, (2) fim de garantia e desemprego e (3) beneficiará apenas os jogadores famosos (consagrados). Para os profissionais e juniores o fim do passe significa liberdade de trabalho, para os juvenis representa benefícios apenas para os jogadores famosos.

## 8. Referências bibliográficas

- ANTUNES, F. **O futebol nas fábricas**. *Revista USP*, São Paulo, n. 22, jun./jul./ago. 1994. (Dossiê Futebol).
- ARAÚJO, R. B. de. **Os gênios da pelota: um estudo do futebol como profissão**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1980.
- BRAGA, K. **Inter 90 anos de paixão**. Porto Alegre: JA Editores, 2000.
- BRUNORO, J. C. e AFIF, A. **Futebol 100% profissional**. São Paulo: Editora Gente, 1997.
- CALDAS, W. **O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro**. São Paulo: IBRASA, 1990.
- FLORENZANO, J. P. **Afonso e Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro**. São Paulo: Musa Editora, 1998, (Musa Antropologia).
- GIULIANOTTI, R. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
- GREENFIELD, S. and G. OSBORN. From Feudal Serf to Big Spender: the Influence of Legal Intervention on the Status of English Professional Footballers. *Culture, Sport, Society*, 1(1): 1-23.
- GUTTMANN, A. **Games and Empires: Modern Sports and Cultural Imperialism**. New York: Columbia University Press, 1994.
- GUTTMANN, A. **From ritual to record: the nature of modern sports**. New York: Columbia University Press, 1978.
- HALAL, W. **The new capitalism**. Nova Iorque, 1986.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HELAL, R. **Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEI Nº 9.615, 24/03/1998 – **Senado Federal**, Brasília-DF, 1998.

LEVINE, R. Esporte e sociedade : o caso do futebol brasileiro. In: WITTER, José S. (Org.). **Futebol e Cultura**. São Paulo: Convênio Imesp/Daesp, 1982.

LOPES, J. S. L. Futebol Mestiço. *Ciência Hoje*, Revista da SBPC, São Paulo, v.24, n. 139, junho 1998.

LOPES, J. S. L. Esporte, emoção e conflito social. *MANA- Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, outubro de 1995.

LOPES, J. S. L. e FAGUER, J. P. l'Invention du Style Brésilien:sport, journalism et politique au Brésil. *Actes de la Recherche Sciences Sociales*, École de Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 103, jun/1994, pp.27-35.

PIMENTA, C. A M. Novos processos de formação de jogadores de futebol e fenômeno das ‘escolinhas’: uma análise crítica do possível. **Peligro de Gol: estudos sobre deporte y sociedad en América Latina**. ALABARCES, Pablo (compilador). Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, Grupo de Trabajo: Deporte y Sociedad, Buenos Aires: CLACSO, abril del 2000.

*PLACAR*, revista Placar, n. 207, 08/03/1974.

*PLACAR*, Revista Placar, 13/10/1972.

PRONI, M. W. **A metamorfose do futebol**. Campinas/SP: Unicamp/ Instituto de Economia, 2000.

RODRIGUES FILHO, M. **O Negro no Futebol Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

RODRIGUES, F. X. F. **Futebol e Civilização: o fim do passe e a modernização conservadora no futebol brasileiro (2001-2004)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Projeto de Tese de Doutorado em Sociologia apresentado ao PPGS/UFRGS).

RODRIGUES, F. X. F. **A Formação do Jogador de Futebol no Sport Club Internacional (1997-2002)**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 2003a. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

RODRIGUES, F. X. F. **A Sociologia do Trabalho e a Sociologia do Futebol: uma análise da flexibilização das relações de trabalho no futebol brasileiro (2001-2003)**. *Sociedade e Cultura*, v. 6, n. 1, jan/jun. 2003b.

RODRIGUES, F. X. F. **Futebol e teoria social: uma introdução à sociologia do futebol brasileiro**. Ciências Sociais Unisinos, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Centro de Ciências Humanas – UNISINOS, São Leopoldo-RS, n. 160, v. 38, jan/jun 2002a.

RODRIGUES, F. X. F. **A sociologia das profissões e a sociologia do esporte: profissionalização e mercado de trabalho no futebol gaúcho**. In: XXVI Encontro Anual da ANPOCS, 2002, Caxambu/MG. *Anais do XXVI Encontro Anual da ANPOCS*, 2002b.

RODRIGUES, F. X. F. **A formação do jogador de futebol no Sport Club Internacional (1997-2002)**. Projeto de Pesquisa. PPGS/UFRGS, Porto Alegre: UFRGS, 2001.

RODRIGUES, F. X. F. Por uma sociologia do futebol brasileiro. **Jornal O Mossoroense**, Mossoró-RN, 23/04/2000. Caderno Idéias.

SIMMONS, R. **Implications of the Bosmann ruling for football transfer markets**. *Economic Affairs*, 17 (3): 13-18.

THOMAS, D. **Recent developments in sporting labour markets: free agency and new slavery?** *Review of Policy Issues*, 2 (2): 19-28, 1996.

---

Recebido em: 12/04/06

Aceito em: 25/05/06